

221

**MICROCRÉDITO NO COREDE-CENTRO/RS: O CASO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DE CRÉDITO RURAL.** *Elvio Izaias da Silva, Juliana Luisa Scheibler, Vivien Diesel (orient.)*  
(Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural, Centro de Ciências Rurais, UFSM).

A municipalização da agricultura, prevista na constituição de 1988, abriu espaço para a criação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR). Estes CMDR são responsáveis pela elaboração de políticas para a agricultura familiar. Dentre estas políticas, destaca-se a criação dos Fundos Municipais de Crédito Rural (FMCR), que surgem como instrumentos para propiciar o acesso à crédito à agricultores que não interessam ao sistema financeiro tradicional. Como a iniciativa estatal de municipalização do crédito rural foi descontínua, a implementação dos FMCR ficou condicionada à dinâmicas políticas locais. Embora a questão do microcrédito tenha despertado, recentemente, um grande interesse acadêmico, verifica-se uma significativa escassez de trabalhos sobre os FMCR. Na presente pesquisa objetiva-se identificar a situação dos FMCR no COREDE-Centro/RS. A obtenção dos dados foi feita através da aplicação de questionários e entrevista a gestores dos FMCR. Com base no levantamento da situação de 30 municípios (dos 34 municípios do COREDE) verifica-se que o FMCR está regulamentado em 25 municípios (83, 33% do total amostrado). Poucos municípios (16% do total amostrado) criaram seu FMCR no período anterior a 1995. A maioria dos FMCR (84%) foi criada no período pós -1995. Dentre os municípios que criaram o FMCR, 76% dos municípios mantém o FMCR ativo, 20% o desativaram e outros 4% nunca o ativaram. Quanto à estrutura organizacional, 84% dos FMCR são gerenciados pelo CMDR e 16% pela Secretaria Municipal da Agricultura. Quanto ao volume de recursos financeiros liberados em 2002, observa-se que, em 73, 68% dos municípios em que o fundo está ativo, o volume foi inferior a R\$50.000, 00, em 26, 32% dos municípios o volume foi superior a R\$50.000, 00. Estes dados mostram as trajetórias diferenciadas dos municípios quanto a resposta à proposta de municipalização de políticas públicas como o crédito rural e, simultaneamente, a força dos referenciais organizacionais divulgados pelos promotores das mudanças, o que é evidenciado pela dominância dos CMDR na gestão dos FMCR.